

## PORTUGAL EUROPEU. E AGORA?

FUNDAÇÃO  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

“ENQUANTO O EURO FOR UMA UNIÃO ECONÓMICA E POLÍTICA (EMERGENTE), AS NAÇÕES CREDORAS DEVEM ABORDAR A CRISE NÃO COMO UM JOGO DE MORALIDADE, MAS COMO UM PROBLEMA DE INTERDEPENDÊNCIA MAL GERIDA. ISTO SIGNIFICA QUE MUITA DA RESPONSABILIDADE PARA A RESOLVER RECAI SOBRE ELAS.”

**DANI RODRIK**  
ECONOMISTA E PROFESSOR NAS UNIVERSIDADES DE HARVARD E PRINCETON.

“ESTAMOS AGORA DIANTE DE UMA MUDANÇA DE CRENÇA. A IGREJA DO ABSTRACTO, A CRENÇA NO PAPEL QUE VALE DINHEIRO, PARECE TER CHEGADO A UM BECO SEM SAÍDA, E O NÚMERO DOS SEUS FIÉIS DIMINUI (...). A MODERNA IGREJA DO CONCRETO PARECE, ASSIM, A CADA DIA, RECUPERAR A POSIÇÃO FORTE QUE JÁ TEVE – A CRENÇA NO QUE É MATÉRIA.”

**GONÇALO M. TAVARES**  
ESCRITOR E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

“É TEMPO DE AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS GANHAREM FORÇA, VISIBILIDADE PÚBLICA, CAPACIDADE DE FAZER CUMPRIR O QUE ESTÁ DISPOSTO NOS TRATADOS EM VIGOR. E DE, POR ESSA VIA, DETERMINAREM O FUTURO PRÓXIMO DA ZONA EURO E, CONSEQUENTEMENTE, O DESTINO DA EUROPA.”

**ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE CURADORES DA FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

“A EUROPA E A SUA CULTURA, COM DIVERSIDADE E COESÃO, FAZEM PARTE DO NOSSO PATRIMÓNIO. NÃO OBSTANTE A UNIÃO TER COMETIDO ERROS DE CONSTRUÇÃO E TER HOJE DIFICULDADE EM CORRIGI-LOS, É MELHOR ESTARMOS DENTRO. APESAR DE A UNIÃO, COMO É O CASO ACTUALMENTE, SE ENCONTRAR EM CRISE, A NOSSA PRESENÇA É VANTAJOSA.”

**ANTÓNIO BARRETO**  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

“A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA FOI O MOMENTO-CHAVE DE CONCESSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. FOI A PARTIR DA EUROPEIZAÇÃO – ENTENDIDA ENQUANTO ADESÃO PLENA À EUROPA – QUE SE TORNOU POSSÍVEL CONSOLIDAR A CIDADANIA, SOBRETUDO DE UM PONTO DE VISTA SOCIAL, DE GÉNERO, E ATÉ POLÍTICO.”

**MARINA COSTA LOBO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO DO ENCONTRO

O DEBATE CONTINUA  
[WWW.FFMS.PT](http://WWW.FFMS.PT)

ISBN 978-989-8662-53-8



9 789898 662538

PORTUGAL EUROPEU.  
E AGORA?

# PORTUGAL EUROPEU. E AGORA?

2º ENCONTRO  
PRESENTE  
NO FUTURO

FUNDAÇÃO  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

FUNDAÇÃO  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

  
**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º1, 8.º piso  
1099-081 Lisboa  
Telf: 21 001 58 00  
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos

Director de Publicações: António Araújo

Título: Portugal Europeu. E Agora?

Autores: vários

Revisão do texto: João Pedro George

Tradução: Maria Leopoldina Rebelo e Marlene Dias de Sousa

Composição de textos de Wolfgang Münchau e Thorsten Fass: Vera Galamba

Design e paginação: Guidesign  
Capa: O Escritório

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8662-53-8  
Dep. Legal: 373329/14

# PORTUGAL EUROPEU. E AGORA?

2.º ENCONTRO  
**PRESENTE  
NO FUTURO**

  
**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

# ÍNDICE

## **ABERTURA**

### **Quero a Europa!**

- 9 António Barreto  
13 Marina Costa Lobo

## **A EUROPA ENQUANTO COMUNIDADE POLÍTICA**

### **Factos para o debate**

#### **A Europa enquanto comunidade política**

- 21 Maria João Rodrigues

#### **Qual é a Nova Agenda Europeia?**

- 23 Wolfgang Münchau

#### **Que democracia queremos na UE?**

- 31 Mark Thatcher

#### **Uma Europa federal?**

- 37 Ana Gomes

#### **A União Europeia precisa de uma constituição?**

- 43 Gonçalo de Almeida Ribeiro  
47 Miguel Nogueira de Brito  
55 Patrícia Fragoso Martins

#### **Os Estados ou a UE: Quem resolve a crise?**

- 61 Didier Gonzalez

#### **Que europeu sou eu?**

- 65 Gonçalo M. Tavares  
69 D. Manuel Clemente

#### **E agora?**

- 75 António José Teixeira

## **A EUROPA E O MUNDO**

### **Factos para o debate**

#### **A Aliança Atlântica tem futuro?**

- 87 Anand Menon  
99 Carlos Gaspar

#### **África e América Latina: a UE rumo ao Sul?**

- 105 Elisabete Azevedo-Harman  
111 Gelson Fonseca

#### **A Europa Pensa na Ásia?**

- 115 Luís Mah

#### **A Europa é melhor em quê?**

- 121 Fátima Barros  
129 José Manuel Félix-Ribeiro

#### **A Europa precisa de Deus?**

- 137 Manuel Braga da Cruz

#### **E agora?**

- 141 Filomena Martins

## **PORTUGAL NA EUROPA**

### **Factos para o debate**

#### **O futuro europeu de Portugal**

- 151 António Vitorino

#### **Portugal europeu?**

- 165 Augusto Mateus  
191 António Barreto  
197 Manuel Villaverde Cabral

#### **A Europa trouxe progresso?**

- 205 Cândida Pinto  
207 Joana Mateus  
211 Pedro Pita Barros

### **Como somos representados na UE?**

- 217 Catherine Moury

### **Portugal deve ficar no Euro?**

- 223 João Ferreira do Amaral  
229 José Pena do Amaral

### **Há uma identidade portuguesa na Europa?**

- 237 Ângela Barreto Xavier  
255 Gabriel Mithá Ribeiro  
267 José Manuel Sobral

### **E agora?**

- 273 Luísa Meireles

## **SESSÕES ESPECIAIS**

### **A crise do Euro, Portugal e o futuro da Europa**

- 279 Dani Rodrik

### **Há uma Europa a longo prazo?**

- 287 Antony Beevor

### **Que Europa querem os alemães?**

- 295 Rita Süßmuth  
301 Thorsten Faas

### **O Euro tem futuro?**

- 307 Ana Paula Dourado  
311 Guillermo de la Dehesa  
317 Mário Centeno  
325 Paulo Trigo Pereira

### **Café das Artes**

- 335 Bárbara Coutinho

### **Café universitário**

- 339 Ana Sofia Fonseca  
343 Ary Ferreira da Cunha  
357 Hugo Menino Aguiar

## **O CAFÉ DA FUNDAÇÃO**

- 361 António Araújo

### **A Europa e os números**

- 365 Maria João Valente Rosa  
365 Paulo Chitas

### **A opinião pública em Portugal**

- 369 Cícero Roberto Pereira  
377 Sofia Aboim  
383 Alice Ramos  
393 José Barreto  
401 José Tavares  
411 Pedro Magalhães

### **As escolas do futuro**

- 417 Carlos Fiolhais  
417 Carlos Grosso

### **Portugal e a Europa: novas cidadanias**

- 421 Marina Costa Lobo

### **Autoridade**

- 425 Miguel Morgado

### **Economia portuguesa, as últimas décadas**

- 429 Luciano Amaral

## **FECHE**

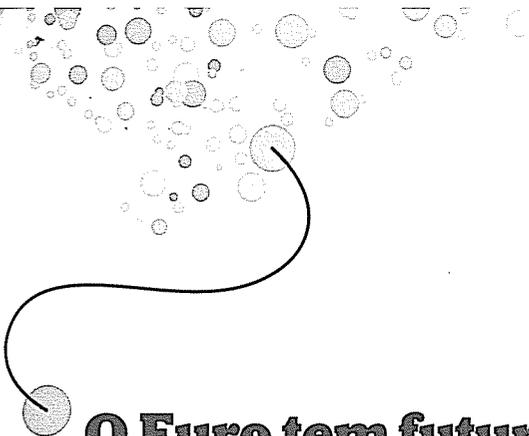
### **À conversa com Adriano Moreira**

- 433 Adriano Moreira

### **Discurso de encerramento (excerto)**

- 443 Alexandre Soares dos Santos

## **AGRADECIMENTOS**



## O Euro tem futuro?

Ana Paula Dourado

PROFESSORA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA E VICE-PRESIDENTE DO IDEFF - CONSULTORA  
DO DEPARTAMENTO LEGAL DO FMI

### 1. A crise do euro e a ausência de governação europeia

A crise do euro é consequência do governo económico da União Europeia ou da ausência de um governo legitimado democraticamente. Uma segunda crise do euro, sem mudanças políticas que impliquem a construção de uma união política, não permitirá a sobrevivência do projeto europeu, devido à ausência de legitimidade democrática de todo o processo.

A União Europeia tem vindo a ser construída progressivamente pelas elites nacionais e burocratas europeias, e os políticos têm adiado sucessivamente a partilha, com os seus cidadãos, dos desafios que a União Europeia representa<sup>22</sup>. De entre esses desafios, está o facto de uma moeda única e uma união económica e monetária não poderem ser construídas, legitimamente, sem impostos europeus e a consequente representação europeia (federalismo político).

---

22 J. Habermas, *Ach Europa, Kleine politische Schriften XI*, Frankfurt-am-Main, Suhrkamp Verlag, 2008, pp. 96-108.

A Comissão representa os interesses da União, o Conselho os interesses nacionais, e o equilíbrio de poderes entre ambos tem variado desde a criação da Comunidade Económica Europeia. Desde a crise do euro, domina o Conselho, e mais do que o Conselho, o euro-grupo e dentro do euro-grupo, os Estados que têm pago a crise. Falta a vertente federal à transferência de recursos e aos empréstimos no quadro dos resgates. Embora o Parlamento Europeu já participe na maior parte das decisões europeias, os cidadãos europeus não têm perceção dessa competência.

## 2. A necessidade de uma governação europeia

No quadro da globalização e dos bens públicos mundiais (ambiente, recursos naturais, conhecimento, guerra e paz, regulação económica dos mercados, transparência fiscal e tributação de multinacionais), a governação mundial é necessária e a governação europeia deveria ser um exemplo a seguir, como *best practice*, ou deveria constituir a base para a governação mundial dos problemas globais, como defende Habermas.

A União Europeia deveria estar na vanguarda das respostas à interseção dos multiculturalismos e pluralismos jurídicos com os padrões internacionais de governação – tal como o combate aos paraísos fiscais e a afirmação da transparência fiscal<sup>23</sup>. Se tomarmos o exemplo dos impostos, verificamos que as ações da União Europeia têm como objetivo não ficar atrás das ações mundiais – da OCDE ou dos Estados Unidos –, não existindo um esforço ou sequer motivação por parte dos Estados (do Conselho) para se adiantarem em soluções de Boa

23 «Exchange of Information and Validity of Global Standards in Tax Law: Abstractionism and Expressionism or Where the Truth Lies», EUI Working Paper RSCAS 2013/11: [http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/26059/RSCAS\\_2013\\_11.pdf?sequence=1](http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/26059/RSCAS_2013_11.pdf?sequence=1)

Governação Fiscal, e apesar dos esforços da Comissão Europeia em muitas das áreas<sup>24</sup>.

## 3. As garantias dadas pelas instituições europeias e união bancária

Sem federalismo europeu, as garantias dadas pelo Banco Central Europeu têm vindo a acalmar a crise da moeda única mas não a resolvem. A união política é necessária para criar as bases de um orçamento federal e os impostos europeus são o pressuposto para o orçamento federal<sup>25</sup>.

O mecanismo de estabilização entretanto criado, no decurso da crise do euro, já corresponde *grosso modo* a uma das funções do Estado Federal – a da estabilização dos movimentos cíclicos da economia. A política monetária é da competência exclusiva da União Europeia, e o enquadramento institucional dirige-se a todos os estados membros, mesmo aos que não adotaram o euro como moeda. Mas as funções orçamentais são mais vastas e implicam a eficiente afetação dos recursos e a redistribuição equitativa dos encargos fiscais. Embora haja orientações cada vez mais detalhadas de política económica aprovadas pelo Conselho e por recomendação da Comissão, cada Estado toma as suas próprias decisões orçamentais.

Até à crise de 2010, os dois instrumentos de coordenação política da União Europeia eram o mecanismo de vigilância mútua e o procedimento de défice excessivo – artigos 121 e 126 do TFEU. O primeiro consiste em recomendações desenhadas pela Comissão e propostas

24 OECD (2013 Report *Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting; Communication from the Commission to the European Parliament and the Council, An Action Plan to Strengthen the Fight against Tax Fraud and Tax Evasion*, (187637/12) Brussels (6.12.2012), COM (2012) 722 Final; *Commission Recommendation of 6.12.2012*, Brussels (6.12.2012), C(2012) 88006 final; *Conclusions of the European Council*, Brussels (22.5.2013), EUCO 75/13, pp.6-8; ECOFIN, *Conclusions on Tax Evasion*, Brussels (14 May 2013), 9549/13, FISC 94.

25 A.P. Dourado, «Tax Mobility in the European Union: Present and Future Trends», in *Movement of Persons and Tax Mobility in the EU: Changing Winds* (A.P. Dourado, ed.), Amsterdam, IBFD, 2013, pp. 3 e ss.; M. P. Maduro, *A New Governance for the European Union and the Euro: Democracy and Justice*, RSCAS PP (2012/11).

pelo Conselho; o segundo nunca funcionou. A assistência financeira não estava prevista, antes da crise, e era mesmo restringida pelos artigos 122 a 125 do TFEU<sup>26</sup>.

Só em maio de 2010 foi criado o Mecanismo Europeu de Estabilidade, tornado permanente em julho de 2011 e a União Bancária está a ser construída.

#### 4. O euro é uma moeda viável?

O desenho da União Económica e Monetária, mesmo no quadro atual, dos mecanismos de Estabilidade e construção da União Bancária torna inviável o euro a prazo. A política de austeridade, na ausência de uma união política não é sustentável. O ponto de partida para o orçamento zero não é democrático, é arbitrário e autocrático. O pacto orçamental não corresponde à ideia de igualdade entre Estados e povos que está na base do projeto europeu. O mecanismo fiscal é usado como o último instrumento nacionalista, trazendo tensões ao mercado interno, ainda por construir. A ausência de impostos europeus e a dificuldade na aproximação dos impostos sobre os rendimentos nacionais (harmonização) conduz ao efeito perverso da concorrência fiscal entre os Estados, de que é exemplo mais recente a reforma do IRC em Portugal. Neste contexto de desgoverno económico europeu e, especialmente, de ausência de um projeto conjunto, é difícil pensar-se que o euro sobreviverá a uma segunda crise.

26 V. F. Vanistendael, "EU at the Crossroads in 2011: MEU and/or Internal Market", in A.P. Dourado, *Movement of Persons and Tax Mobility in the EU: Changing Winds* cit., pp. 27 e ss.

## O Euro tem futuro?

### Guillermo de la Dehesa

ECONOMISTA · CENTRE FOR ECONOMIC POLICY  
RESEARCH, LONDRES · INSTITUTO DE EMPRESA BUSINESS  
SCHOOL, MADRID · PERITO DA COMISSÃO DE ECONOMIA  
DO PARLAMENTO EUROPEU

#### Não haverá ruptura do euro

Muitos investidores estimaram uma probabilidade crescente de ocorrer um «grande desastre», isto é, um risco extremo (o chamado *tailrisk*) associado à crise da Zona Euro, que conduziria à sua ruptura. Observaram que as decisões dos líderes europeus se baseavam erroneamente num jogo de soma nula, assente na ideia de que quando uns Estados ganham, os outros perdem. Agiam como se fossem empresas num mercado que não cresce, quando, entre Estados existem sempre alternativas de soma positiva, se houver cooperação mútua.

Constatavam que os estados membros credores do Norte impunham aos estados membros devedores do sul um ajustamento fiscal (necessário, mas excessivamente rápido) que, além de ser nominal e não estrutural e deflacionário, poderia conduzi-los a uma maior recessão. O ajustamento contribuiria, assim, para o aumento do rácio dívida/PIB dos países do sul, não sendo no entanto compensado por um menor superávit ou por uma maior inflação nos países do norte.

Verificavam também que não haveria compra de obrigações por parte do FEEF ou do MEE, quer a Espanha, quer a Itália (ainda solventes, mas com elevados problemas de liquidez), de forma a frustrar ataques especulativos que tendem a contribuir para o auto-cumprimento das suas próprias profecias. Desse modo, os investidores continuavam a vender dívida destes estados membros e a comprar

dívida dos Estados do norte, porque queriam manter-se em euros, mas com riscos mínimos.

Além disso, dominava de modo crescente (tal como ocorrera na corrida nuclear) uma atitude de despique, em que cada um dos envolvidos esperava que fossem os outros a ceder e a mudar de rumo. Ou seja, os investidores levam os *spreads* dos estados membros do sul ao limite, de modo a que os líderes europeus tomem mais medidas para salvar o euro. Estes, por sua vez, aproveitam os referidos *spreads* para levar Espanha e Itália ao limite, forçando-os a fazerem mais reformas e a reduzirem mais os seus déficits. Se ninguém ceder, cairemos todos no abismo, se cederem um pouco, salvar-nos-emos todos.

Por estas razões, muitos investidores estavam a preparar-se para uma ruptura da Zona Euro, aumentando, conseqüentemente, a probabilidade de tal vir a ocorrer, já que as suas profecias tendem sempre a cumprir-se.

A Zona Euro tem estado dividida em duas pelos Pireneus e pelos Alpes: o mercado interbancário já deixara de funcionar a sul de ambos, pois os seus bancos não tinham um acesso normal à liquidez nos mercados. Ao mesmo tempo, a situação no norte melhorava significativamente, uma vez que havia saídas crescentes de depósitos do sul em direcção ao norte. Além disso, os bancos do norte e os seus supervisores não permitiam que esses depósitos fossem reinvestidos no sul, provocando assim uma desintegração bancária e uma forte contracção do crédito no sul.

O BCE, com os seus programas de liquidez a três anos (LTRO), e Mario Draghi com a sua acertada e veemente declaração «*the ECB would do whatever it takes*», conseguiram deter uma boa parte da dita especulação e ainda proporcionaram alguma liquidez aos países do sul, comprando-lhes dívida soberana através dos seus bancos.

Agora, o BCE deverá intervir novamente para que a transmissão da sua política monetária funcione. Sendo o seu tipo de refinanciamento a 0,75 por cento, os tipos de juros dos créditos de pequeno montante

em Itália e Espanha são dois pontos percentuais mais elevados do que na Alemanha, já que se correlacionam com os *spreads* da sua dívida soberana e não com o tipo de refinanciamento do BCE. Ainda que a situação tenha melhorado, e continue a melhorar a cada mês que passa, ainda não há uma segurança total e continua a haver a possibilidade de ocorrer algo inesperado.

Apesar de tudo, recuso-me a pensar que a estupidez humana possa ir tão longe, a ponto de aceitar a ruptura do euro, o que produziria outra grande recessão. Caso tal acontecesse, todos os estados membros da Zona Euro e da UE, com os seus 500 milhões de cidadãos, sairiam a perder e ninguém ganharia nada. Por outro lado, confio na crescente pressão internacional no sentido de evitar a ruptura do euro e, sobretudo, acredito que o BCE, com o seu ilimitado poder de intervenção, voltará a fazer tudo o que for necessário para evitar esse cenário.

Quais seriam os principais efeitos da ruptura do euro?

Primeiro, os Estados do Norte, especialmente a Alemanha, sofreriam uma elevada valorização das suas moedas originais face ao euro. Este poderia mesmo desaparecer, caso a Alemanha preferisse recuperar o seu marco ou criar uma «zona marco» com a Áustria, a Holanda e a Finlândia. Tal valorização seria ainda maior face ao dólar e, sobretudo, face às moedas originais dos Estados do sul, que sofreriam, assim, uma forte desvalorização face ao euro, ao dólar e maior ainda face ao marco.

Desse modo, o marco poderia alcançar uma valorização superior a 25 por cento face ao dólar e a 50 por cento face à lira e à peseta, o que indubitavelmente aumentaria o poder de compra e o rendimento relativo dos alemães na Europa. Contudo, a Alemanha tem vindo a crescer ao longo de mais de 12 anos, basicamente graças às suas exportações, 45 por cento das quais se destinam à Zona Euro e outros 45 por cento à Zona Dólar. Com uma tal valorização do marco, muitas das suas empresas faliriam, o desemprego aumentaria e o país entraria numa forte recessão.

Segundo, os Estados do sul voltariam a adoptar as suas moedas originais, que sofreriam uma forte desvalorização face ao euro e ao dólar, de tal forma que o valor do PIB resultante, medido em euros, cairia mais de 30 por cento. Ao estarem basicamente endividados com créditos externos expressos em euros e dólares, ver-se-iam obrigados a deixar de pagar parte da sua dívida, já que esta valeria 30 por cento mais nas suas moedas originais do que haviam valido antes em euros. Este incumprimento teria como consequência a impossibilidade de aceder aos mercados de capitais para financiamento durante bastantes anos ou a necessidade de o fazer com custos muito superiores aos actuais.

Por outro lado, dado que as suas importações de matérias-primas agrícolas, minerais, metalúrgicas e energéticas são muito elevadas, tal desvalorização provocaria uma grande inflação, uma perda do poder de compra e um conseqüente empobrecimento dos seus cidadãos, que teriam de pagar mais por esses produtos importados. Os cidadãos reagiriam exigindo a subida dos seus salários e as empresas aumentariam os seus preços e margens de lucro, fazendo com que, apesar da forte desvalorização inicial das suas moedas, não fosse possível aumentarem suficientemente a sua competitividade para poderem ganhar a quota de mercado esperada. A Espanha, por exemplo, importa 77 por cento da energia que consome.

Terceiro, o desaparecimento da Zona Euro a 18 estados membros implicaria também o fim da UE a 27, já que, não havendo uma União Monetária, não poderia haver um Mercado Único (devido à enorme variação de câmbios nele contida) e, não havendo um Mercado Único, também não poderia haver uma União Aduaneira. Ou seja, os três grandes pilares da UE desapareceriam, deixando cair por terra 57 anos de enormes esforços investidos na construção da Europa. Seria imperdoável se os nossos actuais líderes chegassem ao ponto de provocar tamanho fracasso colectivo.

Quarto, a desintegração da Zona Euro provocaria uma forte recessão no resto do mundo. Os Estados Unidos representam 25 por cento do PIB mundial e a Zona Euro 21 por cento, mas a UE atinge os 27 por cento. No entanto, os Estados Unidos apenas representam 12,5 por cento das importações mundiais de bens e 10 por cento das importações de serviços, enquanto a Zona Euro atinge 28 por cento nas primeiras e 33 por cento nas segundas e a UE 35 por cento nas de bens e 38 por cento nas de serviços. Ainda que quase 50 por cento de tais importações se realizem dentro da Zona Euro e da UE, o desaparecimento de ambas as uniões teria um enorme impacto negativo nas exportações no resto do mundo, sobretudo nas das economias emergentes.

Quinto, caso não se conseguisse evitar tamanho desastre, a perda de peso e importância da Europa no mundo seria absoluta, deixando de ter um papel de relevo na tomada de decisões importantes a nível mundial. De acordo com diversas projecções para os BRICS, em 2050 não haverá nenhum país da UE no G8, já que este será composto (por ordem do seu PIB total) por China, Estados Unidos, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, Japão e México.

Se, pelo contrário, em 2050 a UE a 27 tivesse conseguido tornar-se numa confederação ou federação de Estados, teria um PIB superior ao dos Estados Unidos e muito próximo ao da China, de tal modo que a política global seria dominada por um G4 de grandes potências: China, UE, Estados Unidos e Índia.

Em suma, a alternativa entre a ruptura da União Europeia e a sua união crescente é simples: ou ser totalmente destruída ou tornar-se na maior potência do Ocidente e na segunda maior a nível mundial.